

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
LEGITIMIDADE DO EXEQUENTE PARA DEFENDER O BEM PENHORADO	15
<i>Cândido Rangel Dinamarco</i>	
AUTOR CONVIDADO	
AS FUNÇÕES DAS CORTES SUPREMAS À LUZ DO REGRAMENTO DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL	29
<i>Eduardo Arruda Alvim</i>	
<i>Rosane Pereira dos Santos</i>	
<i>Ígor Martins da Cunha</i>	
AUTORES CONVIDADOS	
REFLEXÕES ACERCA DA RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL À LUZ DO ANTEPROJETO DE REGULAMENTAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL	61
<i>Luiz Rodrigues Wambier</i>	
AUTOR CONVIDADO	
NOTAS SOBRE A PRESCRIÇÃO APLICÁVEL ÀS CÉDULAS DE CRÉDITO BANCÁRIO	83
<i>Nelson Luiz Pinto</i>	
<i>Renata Cristina Lopes Pinto Martins</i>	
AUTORES CONVIDADOS	
A POSSIBILIDADE DE BLOQUEIO DE REDES SOCIAIS COMO MEDIDA ATÍPICA COERCITIVA NO PROCESSO DE EXECUÇÃO	101
<i>Délis Vivianne de Azevêdo Siqueira Campos</i>	
TRABALHO DOMÉSTICO DA MULHER (NÃO REMUNERADO NEM VALORIZADO): SOBRETUDO CUIDADOS DESPENDIDOS À FAMÍLIA — CONSIDERAÇÃO PARA FINS DE FIXAÇÃO DE ALIMENTOS	135
<i>Eduardo Augusto Salomão Cambi</i>	
<i>Carlos Eduardo Leite Ferraz</i>	

A FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DECORRENTES DA
SUCUMBÊNCIA PROCESSUAL NA RECENTE JURISPRUDÊNCIA DO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA 165

Fabio Resende Leal

A (DES)NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO DANO NA
RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO AFETIVO DE CRIANÇAS
E/OU ADOLESCENTES 203

Isabele Dellê Volpe Reginato

A AQUISIÇÃO DE DISPONIBILIDADE NA REGRA MATRIZ DE INCIDÊNCIA
DO IMPOSTO SOBRE A RENDA 237

Leandro Tripodi

Bruce Bastos Martins

O DIREITO À JUSTIÇA OU O PRIVILÉGIO DE POUCOS: A EXCLUSÃO
SOCIAL PELA LINGUAGEM JURÍDICA 261

Mateus Magalhães da Silva

ESTADO DE NECESSIDADE NO DIREITO PENAL BRASILEIRO,
PORTUGUÊS E ITALIANO: UMA ANÁLISE DE DIREITO COMPARADO 287

Matheus Tauan Volpi

Murilo Alan Volpi

FUNDAMENTAÇÃO *PER RELATIONEM* E ART. 489, § 1º, DO CPC:
PARÂMETROS DE CONTROLE SOB O TEMA REPETITIVO 1.306 DO
STJ 311

Oscar Valente Cardoso

SAÚDE TEM PREÇO? UMA ANÁLISE SOBRE A QUANTIFICAÇÃO DO
DANO EXISTENCIAL CAUSADO PELA INOBSERVÂNCIA DAS NORMAS
DE HIGIENE LABORAL 337

Raíssa Maria Falcão Costa

O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL SOB A PERSPECTIVA
VULNERÁVEL DA VÍTIMA 371

Raphael Penha Hermano

TUTELA POSSESSÓRIA E EVIDÊNCIA: A RACIONALIDADE JURÍDICA DA LIMINAR NO PROCEDIMENTO ESPECIAL 401

Rennan Thamay

Rodrigo Garcia Rodrigues Buzzi

A (IM)PENHORABILIDADE DAS BASES DE DADOS DAS PESSOAS JURÍDICAS: UMA NECESSÁRIA REFLEXÃO À LUZ DO DATA ECONOMY 427

Roberto Tadao Magami Júnior